



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO GABRIEL TADEU DOS SANTOS

**A Construção da Identidade Negra a partir das Contribuições de Autores Negros**

Recife  
2025

JOÃO GABRIEL TADEU DOS SANTOS

**A Construção da Identidade Negra a partir das Contribuições de Autores Negros**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora  
Gonçalves da Silva

Recife

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Bibliotecária Suely Manzi – CRB/4 - 809

S237c Santos, João Gabriel Tadeu dos  
A construção da identidade negra a partir das contribuições de  
autores negros / João Gabriel Tadeu dos Santos. – 2025.  
85 f.: il.

Orientadora: Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências  
Sociais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Departamento de Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2025.  
Inclui bibliografia.

1. Ciências Sociais – Estudo e ensino 2. Negros 3. Identidade  
4. Escritores negros – Brasil 5. Atitudes étnicas I. Silva, Maria  
Auxiliadora Gonçalves da, orient. II. Título

CDD 300

JOÃO GABRIEL TADEU DOS SANTOS

**A Construção da Identidade Negra a partir das Contribuições de Autores Negros**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: 08/08/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª. Dra. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Profª. Dra. Maria Grazia Cribari Cardoso (Examinadora Interna)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Profª. Dra. Kassandra da Silva Muniz (Examinadora Interna)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ao que fui e ao que resiste em mim  
Este trabalho é meu gesto de permanência -  
prova de que existo, insisto e realizo.

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi um caminho solitário - e nem poderia ser.

Agradeço, antes de tudo, à minha família, que me sustentou nos silêncios e nas ausências. Aos que, mesmo de longe, foram presença firme em minha trajetória. Minha trajetória, até aqui, foi escrita com a ajuda de muitas mãos, e em sua esmagadora maioria de mulheres: desde ao nascer através da minha Mãe, Wilma, depois na infância ao ser criado pela minha avó, Josefa. Além disso, tive a presença marcante de todas as minhas tias em minha formação básica.

Agradeço aos meus amigos de infância e de jornada, por estarem ao meu lado, torcendo por minhas vitórias. Mesmo não compreendendo o universo das ciências sociais, sempre enxergaram um brilhante futuro em mim.

Gostaria ainda de agradecer aos meus companheiros do Movimento Escoteiro, que me proporcionaram momentos de tranquilidade e paz. A cada atividade, volto renovado e confiante na força que temos dentro do nosso propósito de criar um mundo cada vez melhor.

Agradeço aos grandes amigos que fiz durante a graduação. Sempre disse que passar por uma graduação sem firmar amizades sólidas é muito mais difícil. Na UFRPE encontrei diversas pessoas, mas algumas se destacam mais que outras. Particularmente, registro que, sem vocês, meus dias não teriam tido a graça e a leveza durante essa graduação. Obrigado por cada refeição, risadas, críticas e alfinetadas: Victor, Maria Eduarda, Jesus, Raphaely, Hédlla (nossa mãe), Melissa e Thalyta. Sem vocês, eu não teria chegado até aqui sendo quem sou hoje, neste trabalho levanto um diálogo sobre identidades que se moldam, e sem dúvidas, vocês contribuíram para a roupagem que visto hoje. Sentirei saudades das fofocas no PAPE, antes e depois das aulas.

Como já externei, as mulheres têm presença central em minha vida, e na formação acadêmica não foi diferente. Nesta etapa, eu não poderia deixar de registrar a importância de uma grande professora que tive a honra de ser aluno durante o ensino médio. Ela foi a responsável por despertar meu interesse pela área das Ciências Humanas. Professora Josi, a senhora foi peça fundamental para minha formação. Sou eternamente grato pelo incansável incentivo, pelo exemplo de docente, um dia a senhora me disse que seríamos colegas de profissão, e hoje, eu acredito cada vez mais na sua afirmação, só espero não decepcionar, pois mudei o rumo e não me encontro mais na história, e sim na antropologia. À senhora gostaria de externar a minha eterna gratidão.

Agradeço ao Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da UFRPE, por me apresentarem o maravilhoso universo das Ciências Sociais, através do seu corpo docente. Durante a graduação tive a oportunidade de ter contato com a maioria dos professores do DECISO, uns marcaram mais que outros, mas cada um contribuiu de alguma forma, com bons e péssimos exemplos, para que eu possa me tornar um profissional capacitado e empenhado. Pela área de Sociologia agradeço ao Professor João Morais, por ter me dado a oportunidade de experienciar a extensão universitária; ao Professor Marcos André, por ter me introduzido na Iniciação Científica; e a Professora Rayane Andrade pela oportunidade em fazer parte de um projeto de inovação científica. Na Ciência Política agradeço a brilhante e maravilhosa Professora Gabriela Bezerra, a senhora foi responsável pela manutenção do meu interesse pela política, e um grande exemplo de docente, saudades enorme, Gabi.

Entre as três grandes áreas das Ciências Sociais, uma ganhou meu coração: a Antropologia. E, mais uma vez, foi uma mulher a responsável por lapidar essa jornada. O papel do professor é de um facilitador do conhecimento e a Professora Maria Auxiliadora, foi sem dúvidas a maior facilitadora nessa jornada. Dora, a senhora é o exemplo de profissional da antropologia que levarei comigo aonde quer que eu vá. Nos encontramos em uma encruzilhada acadêmica com precisão, e o resultado desse encontro se materializa aqui, neste trabalho sob sua orientação. Posso afirmar que a senhora é a maior professora do DECISO.

Falar do Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE e não citar o nome de Cristiane Pacheco deveria ser considerado uma grande desonra. Cris é um anjo enviado para cuidar de todos os alunos que passam por esse curso, seu cuidado vai além de sua função enquanto secretária da coordenação, é a mulher que facilita todos os caminhos e desata nó. Cris, obrigado por toda a ajuda e carinho em todos esses anos, você é muito especial e marca a história de todos nós alunos e ex-alunos do Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE, gratidão por tudo e por tanto.

Agradeço a banca examinadora, a professora Kassandra Muniz e Grazia Cardoso pela leitura atenta e repasse de orientações para o aperfeiçoamento deste trabalho e indicações de caminhos para o futuro.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim. Por nunca ter desistido de mim em todos os momentos, mesmo quando tudo foi se tornando cada vez mais difícil. Minha vontade de quebrar a roda foi a força essencial que me trouxe até aqui. O ano de 2025 tem sido um ano de grandes dificuldades, mas, até aqui, não desisti de mim.

Grato, grato, gratíssimo!

Você é parte de algo muito maior  
Não apenas uma partícula no universo  
Não apenas algumas palavras em um versículo da bíblia  
Você é a palavra viva

Beyoncé, BIGGER, 2019

## RESUMO

Este trabalho analisa as contribuições de autores negros brasileiros contemporâneos para a construção e afirmação da identidade negra no Brasil. A partir de uma abordagem qualitativa e de uma revisão crítica de literatura, foram selecionadas obras publicadas entre 2020 e 2025 por meio da ferramenta Publish or Perish, com foco em textos que problematizam a identidade negra, a negritude e os processos de subjetivação racial. O estudo parte da compreensão da identidade como processo histórico, relacional e politicamente situado, sendo moldado pelas estruturas do racismo, pela colonialidade e pelas formas de resistência produzidas por sujeitos negros. Ao reunir as contribuições de autoras e autores negros brasileiros, não se buscou uma teoria única, mas o reconhecimento da pluralidade de experiências e de saberes que falam de lugares diversos, ainda que atravessados por uma história comum de exclusão e luta. Ao articular teoria crítica, metodologia situada e vozes negras plurais, este trabalho reafirma a importância das epistemologias negras para a produção de conhecimento nas Ciências Sociais brasileiras.

**Palavras-chave:** Identidade, Construção da Identidade, Negritude, Identidade Negra, Brasil.

## ABSTRACT

This study analyzes the contributions of contemporary Black Brazilian authors to the construction and affirmation of Black identity in Brazil. Based on a qualitative approach and a critical literature review, works published between 2020 and 2025 were selected using the Publish or Perish tool, focusing on texts that problematize Black identity, Blackness (negritude), and the processes of racial subjectivation. The research is grounded in the understanding of identity as a historical, relational, and politically situated process, shaped by the structures of racism, coloniality, and the forms of resistance produced by Black subjects. By bringing together the contributions of Black Brazilian authors, this work does not aim to produce a singular theory but rather to acknowledge the plurality of experiences and knowledges that speak from different locations, though all are marked by a shared history of exclusion and struggle. By articulating critical theory, situated methodology, and plural Black voices, this study reaffirms the importance of Black epistemologies in the production of knowledge within Brazilian Social Sciences.

**Keywords:** Identity, Identity Construction, Blackness, Black Identity, Brazil.

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** - Produções Acadêmicas Analisadas sobre a Construção da Identidade Negra 28

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>15</b>
<b>1. IDENTIDADE: UM CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 IDENTIDADE NACIONAL: MISTIÇAGEM E EXCLUSÃO.....	19
1.2 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL.....	22
1.3 NEGRITUDE X IDENTIDADE.....	25
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>27</b>
<b>2. A IDENTIDADE NEGRA: CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES NEGROS.....</b>	<b>27</b>
2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS: DECOLONIALIDADE NEGRA.....	27
2.2 RECONHECENDO-SE NEGRO ATRAVÉS DA NEGRITUDE.....	29
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>34</b>
<b>3. NA CONTRAMÃO DO SILÊNCIO.....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

A formação da identidade negra brasileira está intrinsecamente ligada ao processo histórico da escravidão e ao contexto pós-abolição. A violência da diáspora africana e os mais de três séculos de escravização deixaram marcas profundas nas estruturas sociais, culturais e psicológicas do país. Mesmo após a abolição formal em 1888, o povo negro continuou enfrentando exclusão, racismo e a negação de suas culturas e saberes. Essa trajetória forjou uma identidade coletiva marcada tanto pela resistência quanto pela reconstrução constante, num movimento que envolve ancestralidade, memória e oralidade.

Partindo do conceito de identidade como um processo dinâmico, fluido e historicamente situado, conforme propõe Stuart Hall (2015), esta pesquisa se ancora numa perspectiva crítica, que compreende a identidade negra não como algo essencializado ou fixo, mas como um ponto de articulação entre experiências individuais e coletivas. Essa abordagem dialoga com autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Neusa Santos Souza, que trazem contribuições significativas para o entendimento das complexidades envolvidas na construção da identidade negra brasileira.

No Brasil a identidade negra não é monolítica, ela é marcada por uma diversidade de experiências, culturas e tradições. Do Candomblé e da Capoeira à literatura negra e ao movimento Hip Hop, a expressão cultural negra brasileira é vasta e rica, refletindo a multiplicidade de influências africanas e a resistência à opressão. Trata-se de uma construção marcada pela violência da escravidão, pela diáspora forçada e por séculos de negação sistemática da humanidade, da cultura e do saber dos povos africanos e afro-brasileiros. Mesmo após a abolição formal da escravidão, a população negra continuou a ser excluída dos espaços de poder, invisibilizada nas narrativas oficiais e estigmatizada nos discursos públicos. Nesse contexto, compreender como se dá a construção da identidade negra brasileira exige uma abordagem que reconheça os impactos da colonialidade e, ao mesmo tempo, valorize as resistências produzidas por sujeitos negros.

Este trabalho propõe-se a responder à seguinte questão: como os autores negros brasileiros contemporâneos têm contribuído para a construção e afirmação da identidade negra no Brasil, e de que forma essas produções desafiam as narrativas dominantes sobre a nação e a raça? A busca por essa resposta se insere não apenas no esforço acadêmico de ampliar o campo das Ciências Sociais, mas também em um compromisso ético com a construção de um saber situado, crítico e comprometido com a justiça racial.

O objetivo geral deste estudo é analisar, na literatura acadêmica de alguns autores negros brasileiros, as contribuições teóricas e políticas em torno da construção da identidade negra e da negritude no Brasil. Como objetivos específicos busquei selecionar e apresentar uma bibliografia de alguns intelectuais negros e negras que se destacam nesse debate; e (b) descrever, compreender e explicar os principais conceitos mobilizados por esses autores, de modo a contribuir para o aprofundamento das reflexões no campo das Ciências Sociais e da Antropologia das Populações Afro-brasileiras.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada em uma revisão crítica de literatura, com base em obras acadêmicas produzidas entre 2020 e 2025 por autores negros e negras. O corpus foi selecionado por meio da ferramenta Publish or Perish, com recorte temático centrado na identidade negra e na negritude. A análise dos textos está organizada em três momentos complementares: descrição dos principais conceitos e categorias analíticas; compreensão dos contextos históricos e políticos em que foram produzidos; e explicação das articulações teóricas que permitem pensar a identidade negra como uma elaboração crítica e coletiva.

A pesquisa está orientada por dois pressupostos centrais: (I) as estruturas sociais moldam as experiências e as identidades dos sujeitos negros, e essas experiências, quando narradas pelos próprios autores negros, oferecem uma leitura crítica indispensável para o entendimento da identidade negra no Brasil; (II) a construção da identidade negra está atravessada por relações de poder e resistência, sendo fundamental valorizar as epistemologias produzidas por sujeitos negros como forma de enfrentamento das narrativas coloniais e racializadas que historicamente os silenciaram. A partir dessa base, são mobilizados aportes teóricos como a perspectiva negra decolonial (Gomes, 2019), a escrevivência (Evaristo, 2020) e o lugar de fala (Ribeiro, 2017), que situam a produção do conhecimento no entrecruzamento entre subjetividade, coletividade e política.

Este trabalho está organizado em três capítulos que se articulam entre teoria, metodologia e análise crítica. No Capítulo 1 são apresentados os fundamentos teóricos sobre identidade, com ênfase nas formulações de Stuart Hall e Kabengele Munanga. O capítulo discute os diferentes modelos de sujeito e propõe uma leitura da identidade como processo histórico, relacional e marcado por disputas simbólicas. Também é analisada a relação entre identidade nacional, mestiçagem e exclusão, evidenciando as tensões entre o projeto de nação brasileiro e a afirmação da identidade negra. Por fim, aborda-se a negritude como categoria política de resistência, articulando os conceitos de identidade e pertencimento.

No Capítulo 2 é apresentada a base metodológica da pesquisa, fundamentada na revisão de literatura crítica e ancorada na decolonialidade negra. Por meio da análise de obras de autores negros e negras contemporâneo, o capítulo busca compreender como a identidade negra é construída em contextos de exclusão e resistência. São mobilizadas as produções de seis autores, com destaque para temas como o afroconsumo, o pertencimento universitário, as emoções racializadas e a crítica à homogeneização da negritude. A análise segue os eixos de descrição, compreensão e explicação.

O Capítulo 3 se aprofunda na análise das narrativas negras em suas múltiplas expressões e campos de atuação. A partir de produções que tratam da autoidentificação, da memória, da estética, do afeto e da vivência universitária, evidencia-se a construção da identidade negra como um processo complexo, situado entre o silenciamento histórico e a insurgência discursiva. O capítulo articula essa leitura à escrevivência de Conceição Evaristo e à Antropologia enquanto ciência comprometida com a escuta das alteridades e com a valorização das narrativas silenciadas, reafirmando a negritude como campo de criação, resistência e reexistência.

## CAPÍTULO I

### 1. IDENTIDADE: UM CONCEITO EM CONSTANTE CONSTRUÇÃO

Neste capítulo, busco construir uma reflexão teórica a partir do conceito de identidade, reconhecendo desde já que esta não é uma categoria neutra ou encerrada em si mesma. Ao contrário, falar sobre identidade é também me posicionar como sujeito, situado histórica e socialmente, dialogando com determinadas experiências e referências culturais. Por isso, parto do entendimento de que toda análise identitária é, também, um gesto de reconhecimento da alteridade e da construção de si (Geertz, 2008).

Stuart Hall<sup>1</sup> (2015) propõe que as identidades não são fixas, mas formadas por meio da representação e da articulação de elementos culturais, históricos e políticos. O autor destaca que a construção da identidade é um processo fluido, dinâmico e contínuo. A partir disso, utilizo o conceito de identidade de Hall (2015) como norteador das discussões presentes neste trabalho. O autor afirma que o conceito de identidade é complexo, e que, na modernidade<sup>2</sup>, seria impossível apresentar uma afirmação acerca do conceito de identidade.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes, identidade que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (Hall, 2015, p. 11-12).

Contudo, diante do que Hall apresenta, é possível compreender sua definição de identidade como algo não monolítico e mutável, mas sim social e com influência histórica, e não biologicamente determinada. Isto permite que o indivíduo assuma diferentes identidades ao longo de sua vida, legitimando que é um conceito móvel em permanente construção a partir das experiências e interações do sujeito ao longo da vida.

---

<sup>1</sup> Stuart Hall (1932–2014) foi um intelectual negro nascido na Jamaica, amplamente reconhecido como um dos fundadores dos Estudos Culturais Britânicos. Migrando para o Reino Unido nos anos 1950, tornou-se uma das vozes mais influentes no debate sobre identidade, cultura e poder, especialmente no contexto pós-colonial. Sua condição de homem negro, imigrante e intelectual crítico atravessa sua produção teórica, marcadamente antirracista e comprometida com a análise das dinâmicas de exclusão e resistência nos contextos ocidentais. Hall é referência central para pensar as identidades.

<sup>2</sup> Tratarei a modernidade segundo as conclusões de Stuart Hall, que define a modernidade como experiência de convivência com mudança rápida, abrangente e contínua. Ainda nesse contexto, o autor conceitua as sociedades modernas como sociedades de mudança constante, rápida e permanente (Hall, 2015). Esses conceitos dialogam diretamente com a noção de identidade na sociedade pós-moderna, e com os objetivos deste trabalho.

Diante da relevância que este conceito tem para o desenvolvimento do meu trabalho, enfatizo a discussão sobre as três concepções de identidade apresentadas por Hall: sendo elas o **Sujeito do Iluminismo**, o **Sujeito Sociológico** e o **Sujeito Pós-moderno**. Segundo o autor, o **sujeito do iluminismo** se configura como a identidade individualista, unificada, centrada no indivíduo que nasce e se desenvolve, mas continuava sendo o mesmo (Hall, 2015). Na concepção do **sujeito sociológico**, o indivíduo como centro deixa de ser visto como auto-suficiente para determinar a sua identidade, pois a interação com outros indivíduos embutia no sujeito sentidos e símbolos do contexto em que ele estava inserido (Hall, 2015). Isto vem reforçar a ideia de que a identidade era formada a partir da relação do sujeito com a sociedade. Entretanto, o núcleo interno (individualista/eu) ainda permanecia influente, mas agora se encontra em diálogo com o externo (sociedade).

O fato de que projetamos a “nós próprio” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornados “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (Hall, 2015, p. 11).

Por esta ótica, esta concepção sociológica apresenta uma visão de identidade onde a cultura que estamos inseridos é suturada em nosso eu interno, ou “eu real”, nos tornando reféns de uma identidade cultural unificada e estável (Hall, 2015).

Stuart Hall (2015) argumenta que com o passar do tempo essa identidade estável do indivíduo foi se fragmentando, como resultado de mudanças estruturais. O sujeito passou a não se encontrar dentro desta concepção sociológica, pois essas identidades podem variar, assim como a forma que projetamos nossa identidade através da cultura (Hall, 2015).

Como resultado desse processo, a concepção de identidade para o **sujeito pós-moderno** é não ser fixo e centrado no interno (eu), podendo apresentar contradições à medida que temos contatos com diferentes símbolos e significados de nossa cultura. Para Hall (2015), se permanecermos com a ideia de que temos uma identidade única do nascimento à morte, estamos centrados em um conceito fantasioso.

Corroborando com o conceito de identidade, trago a contribuição do Professor Kabengele Munanga<sup>3</sup> (2015), para qual a identidade cultural perfeita engloba 3 fatores: o histórico, o linguístico e o psicológico, seja na identidade coletiva ou individual (Munanga,

---

<sup>3</sup> Kabengele Munanga é um antropólogo congolês naturalizado brasileiro, reconhecido como uma das principais referências no debate sobre relações raciais no Brasil. Professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), sua trajetória enquanto intelectual negro é marcada pelo compromisso com a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras, a crítica ao mito da democracia racial e a luta antirracista no campo acadêmico e social. Sua produção teórica é fundamental para compreender a construção das identidades negras no Brasil.

2020). No entanto, só seria possível encontrar essa combinação em um plano ideal de identidade, enquanto no real existe uma presença mais forte de um fator sob outro, em alguns casos, ocasionando a fragmentação, ou construção, de uma identidade.

O fator histórico constitui-se pela presença da ancestralidade e da memória, despertando um sentimento de continuidade, sendo ela o fio condutor para a afirmação da identidade de um coletivo (Munanga, 2020). A forma que o fator histórico se constitui vai diretamente de encontro com a definição de identidade de Hall, quando ele diz que a identidade é definida historicamente e que recebe influência de agentes externos (sociedade), principalmente por pessoas importantes para o indivíduo, fazendo com que ele interaja com valores, símbolos e sentidos, atribuindo significados interativos do eu com o outro<sup>4</sup> (Hall, 2015).

No fator linguístico Munanga ressalta a importância que a tradição oral tem dentro de uma sociedade, ou comunidade, para manter o fio da unidade aceso como marcador de identidade, a exemplo dos terreiros religiosos, onde a linguagem esotérica<sup>5</sup> cumpre função comunicativa entre homens e deuses, indo mais além, outras categorias de comunicação também apresentam essa característica de marcador da identidade, como estilo de cabelo e penteados (Munanga, 2020).

O terceiro e último fator é o psicológico, onde Kabengele retoma o conceito de identidade pelo ângulo do grupo:

“[...] identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros se definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta” (Munanga, 2020, p. 13).

Nesse aspecto, o autor critica o caráter racista do conceito biológico de raça, alertando que não se deve interpretar esse fator a partir do temperamento distinto entre brancos e negros. Tal leitura apenas reforça estereótipos e ignora as construções sociais e históricas que moldam as identidades raciais. Para Munanga:

[...] no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e raças inferiores. Em nome das chamadas raças, inúmeras atrocidades foram cometidas nesta humanidade: genocídio de milhões de índios nas Américas, eliminação sistemática

---

<sup>4</sup> Nesse contexto, o outro deve ser entendido como o indivíduo que faz parte da mesma sociedade que o sujeito está inserido e se sente pertencido, embutindo em si e a sua identidade individual os símbolos e significados da mesma sociedade.

<sup>5</sup> Entende-se por linguagem esotérica as línguas africanas utilizadas nas casas de matriz africanas e afrobrasileiras, a exemplo do Yorubá, Quicongo e Quimbundo.

de milhões de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial (Munanga, 2020, p. 15).

As abordagens conceituais sobre identidade, aproximo-me das definições de Identidade Negra, quando refiro-me ao que diz Kabengele Munanga:

A Negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores de pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes (Munanga, 2020, p. 19).

Nesse contexto, a necessidade de utilizar o termo identidade negra nasce como uma forma de aproximar as pessoas que historicamente são vítimas de um sistema racista que exclui, segrega e mata milhares ao redor do mundo, no passado, presente. Tendo a certeza, de que no futuro o cenário não será diferente. Assim sendo, escrevo com dor, considerando que existe uma coisa em comum entre as pessoas que é o fato de cor da pele ser negra. Com base neste sentimento, Munanga, (2020) evidencia que é através de políticas discriminatórias, culturas foram dizimadas, suas existências negadas, apagadas e silenciadas

A identidade negra, nesse sentido, não pode ser entendida como um conjunto fixo de características, mas como o resultado de interações sociais, econômicas e políticas que sofrem influências externas, como o colonialismo e o racismo. Corroborando com essa perspectiva Stuart Hall (2015), afirma que as identidades são construções históricas e culturais, sujeitas a rupturas, deslocamentos e reconfigurações constantes. Para Hall (2015), não existe uma essência identitária atemporal: a identidade é móvel, instável e relacional, sendo moldada a partir das representações culturais e das posições sociais que os indivíduos ocupam.

Dentro desta ótica, Munanga (2020) reforça essa ideia ao propor que a identidade cultural - especialmente a identidade negra - é atravessada por fatores históricos, linguísticos e psicológicos, os quais interagem de maneira desigual na formação dos sujeitos. Para Munanga, a identidade negra não é natural ou essencial, mas sim forjada no embate contra o racismo e pela afirmação da dignidade e diversidade cultural dos povos negros.

Assim, tanto Hall (2015) quanto Munanga (2020) convergem na crítica a qualquer concepção fixa e biologizante de identidade. Ambos afirmam que a identidade é construída na relação com o outro e mediada por discursos sociais e históricos. No caso da identidade negra, essa construção é atravessada por um passado colonial, por processos de resistência e por práticas culturais que mantêm viva a memória e a ancestralidade dos povos negros.

Portanto, ao adotar os aportes de Hall (2015) e Munanga (2020) neste trabalho, busco reforçar a compreensão da identidade negra como um campo em disputa simbólica, no qual os sujeitos negros reivindicam visibilidade, pertencimento e humanidade em um mundo ainda estruturado pela exclusão racial. Trata-se de uma identidade que se reconstrói continuamente, mantendo-se viva na luta contra o racismo e na valorização das referências culturais e históricas do povo negro (Silva, 2007).

### **1.1 IDENTIDADE NACIONAL: MESTIÇAGEM E EXCLUSÃO**

Fundamentado nestas concepções, ao refletir sobre a identidade negra no Brasil, considero importante revisitar também a ideia de identidade nacional, especialmente quando ela é apresentada como uma construção unificadora da diversidade. Para isso, recorro ao antropólogo Darcy Ribeiro (1995), que oferece uma leitura da formação social do país, enfatizando a mestiçagem como eixo central da brasilidade. Contudo, ao mesmo tempo em que reconhece a importância dos diferentes povos na formação do Brasil, sua análise evidencia contradições que dialogam diretamente com os outros teóricos que utilizo neste trabalho.

Darcy Ribeiro afirma que o povo brasileiro é o resultado do encontro entre o europeu colonizador, o indígena colonizado e o negro escravizado (Ribeiro, 1995). Essa fusão, segundo ele, não foi pacífica, mas sim marcada por violência e dominação. Ainda assim, o autor considera que esse processo deu origem a uma nova configuração civilizatória, um *novo povo*, mestiço, que carrega em si traços culturais e simbólicos desses três pilares.

O povo-nação não surge no Brasil da evolução de formas anteriores de sociabilidade, em que grupos humanos se estruturam em classes opostas, mas se conjugam para atender às suas necessidades de sobrevivência e progresso. Surge, isto sim, da concentração de uma força de trabalho escrava, recrutada para servir a propósitos mercantis alheios a ela, através de processos tão violentos de ordenação e repressão que constituíram, de fato, um continuado genocídio e um etnínideo implacável (Ribeiro, 1995, p. 23).

A leitura de Darcy, apesar de inovadora em relação a outros pensadores da identidade nacional como Silvio Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e etc, ao atribuir valor à mestiçagem em um momento histórico de forte elitismo branco, precisa ser tensionada (Munanga, 2020). Ao falar de fusão, muitas vezes se esconde o que foi apagado, imposto ou silenciado nesse processo. A mestiçagem, embora real, não foi neutra. Como bem

colocado por Munanga (2020) ao falar da construção da identidade negra no Brasil em um cenário de resistência, após o processo da *identidade renegada*, afirma:

No que diz respeito aos movimentos sociais negros contemporâneos, eles tentam construir uma identidade a partir das peculiaridades do seu grupo: seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de grupo estigmatizado, racializado e excluído das posições de comando na sociedade cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membros de grupo étnico-racial que teve sua humanidade negada e a cultura inferiorizada (Munanga, 2020, p. 20).

A construção da identidade nacional implicou na renúncia ou domesticação de elementos negros e indígenas, promovendo um ideal de nação mais próximo do branco, como aponta Kabengele Munanga (2020). O autor denuncia que o projeto de embranquecimento - simbólico e biológico - visava apagar os traços africanos da cultura brasileira, reduzindo a participação negra a um folclore subordinado ou marginal. Darcy (1995) chega a reconhecer que o negro foi um agente fundamental na construção da cultura nacional, mas que sua contribuição foi sistematicamente invisibilizada.

Ao ler essa afirmação em diálogo com Stuart Hall (2015), compreendo que o processo de formação da identidade nacional é também um processo de representação, e o negro foi representado, historicamente, a partir de estereótipos que o afastam da noção de sujeito nacional pleno.

Mas o que seria essa identidade nacional que tanto se fala? No caso brasileiro, para Kabengele Munanga (2020, p. 21) “[...] o processo de formação da identidade nacional brasileira recorreu aos métodos eugenistas, visando o embranquecimento da sociedade”. Muito próximo a definição central de identidade aqui trabalhada, a identidade nacional pode ser compreendida como uma categoria de construção simbólica e histórica por meio da qual um grupo de pessoas passa a se reconhecer como pertencente a uma mesma nação, partilhando elementos como língua, território, cultura, memória coletiva, símbolos e valores comuns (Darcy, 1995; Munanga, 2020).

Essa identidade não é natural nem fixa: é uma invenção social, frequentemente moldada por disputas de poder, narrativas oficiais e exclusões, que visam consolidar uma ideia de “nós” nacional.

Frente a isso, a afirmação da identidade negra se coloca como resistência: um movimento de reterritorialização simbólica, que reivindica memória, ancestralidade e dignidade (Silva, 2007). Em diálogo com Hall (2015), Munanga (2020), Gomes (2003) e Neusa (2021), percebo que falar de identidade nacional sem considerar o racismo é reproduzir

o mito da democracia racial. Por isso, neste trabalho, reforço a importância de pensar a identidade negra não como fragmento da nacionalidade, mas como força fundante e transformadora da própria ideia de nação.

Nesta percepção, Gomes<sup>6</sup> (2003) nos lembra que a identidade negra, ao se constituir, precisa negociar continuamente com essas representações hegemônicas da identidade brasileira, que excluem ou distorcem o que é negro. Nesse sentido, a identidade nacional tornou-se um campo de disputa simbólica, no qual os negros foram chamados a participar apenas se aceitassem o lugar da negação de si, o que Neusa Santos Souza (2021) conceitua como *identidade renunciada*. Segundo Souza (2021, p.53) : “É a história de uma identidade renunciar, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação”.

Neste sentido, ponho em evidência, que ao longo da formação do pensamento social brasileiro, poucos autores influenciaram tanto o imaginário nacional quanto Freyre (1933). O autor propõe uma interpretação do Brasil marcada pela ideia de conciliação entre *as três raças formadoras* da nação: o europeu, o indígena e o africano. Freyre (1933) apresenta a mestiçagem como uma singularidade brasileira, responsável por gerar uma cultura nacional rica, harmônica e integrada, visão que deu origem ao conceito de democracia racial.

No entanto, à medida que avanço nas reflexões sobre a identidade negra no Brasil, torna-se evidente para mim que essa proposta de Freyre (1933), embora tenha oferecido uma leitura alternativa à ideologia do branqueamento da época, acabou naturalizando as hierarquias raciais e apagando as violências que estruturam as relações sociais no país. A celebração da mestiçagem como *solução* brasileira para a convivência entre diferentes povos oculta as condições de dominação, a escravidão e o racismo que continuam a marcar a experiência dos negros no Brasil contemporâneo.

Ao analisar o conceito de democracia racial, Munanga (2020), argumenta que se trata de um mito criado para mascarar a exclusão sistemática do negro da cidadania plena. A suposta harmonia racial proposta por Freyre (1933) ignora a dor, o silenciamento e os processos de embranquecimento simbólico enfrentados pelos negros na tentativa de se inserirem em uma sociedade que não os reconhece plenamente como sujeitos.

---

<sup>6</sup> Nilma Lino Gomes é pedagoga, doutora em Antropologia Social pela USP e professora titular da Faculdade de Educação da UFMG. Com trajetória marcada pela defesa da educação antirracista e das políticas de ação afirmativa, dedicou-se ao estudo das relações étnico-raciais, das identidades negras e da presença do corpo e do cabelo como símbolos culturais na construção da subjetividade de mulheres negras. Foi a primeira mulher negra a assumir o cargo de reitora de uma universidade federal (UNILAB) e também atuou como Ministra da Igualdade Racial, ampliando seu impacto político e acadêmico na promoção da igualdade racial no Brasil.

O conceito de democracia racial de Freyre (1933) foi utilizado historicamente como instrumento ideológico para negar o racismo e impedir a organização política dos movimentos negros. Ao naturalizar a desigualdade e transformá-la em *característica cultural*, essa narrativa contribuiu para que o negro fosse incluído na identidade nacional apenas de forma folclórica ou subalternizada (Silva, 2007).

Revisitar Freyre (1933) é fundamental, não para rejeitar integralmente sua contribuição ao pensamento social brasileiro, mas para criticar os limites e consequências políticas de sua teoria. Ao romantizar a convivência entre senhores e escravizados, ao destacar a *cordialidade* das relações raciais e ao afirmar que o Brasil teria superado o racismo por meio da miscigenação, Freyre (1933) ajudou a consolidar um modelo de identidade nacional que exclui o negro como sujeito histórico e político.

Segundo Munanga (2020, p. 25) “[...] o antropólogo estudioso da mestiçagem parte, sem se dar conta, de afirmações não apoiadas em fatos biológicos, mas sim na interpretação sociológica desses fatos”. Como parte de uma antropologia comprometida com a crítica das estruturas de poder, fica evidente aqui a desconstrução desse mito e reconhecer a identidade negra como resistência. Como nos mostra Gomes (2003) e Silva (2007), a identidade se constitui em diálogo, conflito e enfrentamento, e que se recusa a permanecer invisível em um Brasil que insiste em não ver.

## 1.2 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

Ao aprofundar minha reflexão sobre os processos de construção da identidade negra no Brasil, encontrei na tese de Silva<sup>7</sup> (2007), o conceito de arqueologia da memória para nomear o processo de escavação simbólica e rearticulação das camadas ocultadas da história afro-brasileira, num esforço coletivo de reaproximação com a África ancestral. Essa abordagem, ao meu ver, amplia a compreensão de identidade não apenas como uma construção relacional, como nos mostra Hall (2015), mas também como uma prática ativa de rememoração e reinvenção.

Para Silva (2007), os processos de apagamento histórico vividos pelos povos afrodescendentes exigem uma reação política e cultural que se dá por meio da memória, não como saudade estática, mas como estratégia de ação. Ao observar a atuação de Grupos Afro

---

<sup>7</sup> Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva, antropóloga recifense, é professora titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestre e Doutora em Antropologia pela UFPE, possui vasta experiência em pesquisas antropológicas no campo da Antropologia das Populações afro-brasileira, tendo pesquisa a negritude em suas diversas manifestações. Além da experiência acadêmica, é a professora que orientou a construção deste trabalho.

Culturais na Região Metropolitana do Recife, a autora mostra como a oralidade, a dança, a música e os rituais se tornam veículos de preservação e atualização da identidade negra. Esses grupos, muitas vezes localizados nas periferias urbanas, atuam como núcleos de reconstrução simbólica da identidade negra.

Essa perspectiva dialoga diretamente com Munanga (2020), quando ele afirma que a ancestralidade e a memória compõem o fator histórico da identidade negra, assim como Gomes (2003), ao destacar o papel das relações primárias na formação identitária. No entanto, Silva (2007) vai além ao propor que a reconstrução da identidade negra passa por reterritorializações simbólicas e afetivas, que reposicionam o sujeito negro como protagonista de sua própria história. Trata-se, portanto, de uma crítica à desmemória promovida pelo racismo estrutural e uma valorização da cultura como lugar político de resistência.

Segundo, Kabengele Munanga (2020, p. 11): “A identidade negra no Brasil de hoje se tornou essa realidade da qual se fala tanto, mas sem definir no fundo o que ela é ou em que ela consiste”. O rompimento com os vínculos ancestrais foi utilizado como ferramenta de controle no processo da diáspora africana e colonização no Brasil. O resultado deste procedimento foi a fragmentação da memória do povo negro aqui chegado, estabelecido e desenvolvido, criando impacto direto na construção da nova identidade, o autor afirmar que os pertencentes a religiões de matriz africanas conseguiram manter esse elo com o fator histórico.

Nas bases populares negras sem vínculos com as comunidades religiosas de matriz africana, a consciência histórica e, conseqüentemente, a identidade se diluíram nas questões de sobrevivência que toma o passo sobre o resto e pode desembocar num outro tipo de identidade: a da consciência do oprimido economicamente e discriminado racialmente. Na militância negra há uma tomada de consciência aguda da perda da história e, conseqüentemente, a busca simbólica de uma mãe África idealizada (Munanga, 2020, p. 12-13).

Nesse cenário, Munanga (2020) observa que os adeptos das religiões de matriz africana conseguiram manter uma conexão mais forte com o fator histórico, mantendo vivos certos elementos culturais e simbólicos da ancestralidade. Já nas camadas populares negras que não estavam inseridas nesses espaços religiosos, a consciência histórica e, por conseqüência, a identidade foi diluída diante das exigências da sobrevivência cotidiana.

Em meio a esse contexto, surge uma pergunta que permeia também a minha própria investigação: **quem é o negro brasileiro?** Munanga (2020) nos leva a refletir quando diz: “Há quem se pergunte se no Brasil seria possível a existência de uma identidade dos negros diferentes da dos demais cidadãos. Outros chegam até a indagar se as ditas negritudes e

identidade negra não poderiam ser vistas como uma divisão da luta de todos os oprimidos” (Munanga, 2020, p. 14-15).

Assim como Munanga (2020), Gomes (2003) compreende a construção da identidade como um processo contínuo, enfatizando que a formação da identidade não pode ser observada, ou compreendida. Gomes (2003) afirma que esta construção se dá de forma progressiva, partindo do íntimo do sujeito para o coletivo. Afirma então, que:

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (Gomes, 2003, p. 171).

Por este ângulo, Souza<sup>8</sup> (2021), aponta os perigos do processo de apagamento e/ou embranquecimento, e perda de identidade do negro, na tentativa de ascensão social. Segundo a autora:

O negro que se empenha na conquista da ascensão social, paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identidade, como única possibilidade de torna-se negro ( Souza, 2021, p. 46).

Para a autora, o efeito desse processo seria a renúncia da identidade, ou identidade renunciada. Esse fenômeno reflete uma transformação profunda na auto identificação, na qual o indivíduo ou grupo se afasta de suas origens culturais e sociais em busca de uma nova configuração identitária, muitas vezes em resposta a pressões sociais e culturais predominantes. Assim, a construção identitária negra no Brasil se dá sob pressões históricas que operam pela exclusão, pelo embranquecimento e pelo silenciamento

Gomes (2003) complementa essa visão, apontando como a coerção do branco sob o negro tem impactos na construção da identidade negra, assim como a identidade renunciada presente em Souza (2021). Para Gomes (2003):

É importante lembrar que a identidade construída pelo negro se dá não só por oposição ao branco mas, também, pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com

---

<sup>8</sup> Neusa Santos Souza (1948–2008) foi psicóloga, psicanalista e intelectual negra brasileira. Em sua obra Tornar-se negro (1983), analisou os efeitos do racismo na subjetividade negra e o processo de construção identitária em uma sociedade marcada pelo embranquecimento e pela exclusão racial — tema que dialoga diretamente com as discussões deste trabalho sobre identidade negra.

este. As diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Nesse jogo complexo, vamos aprendendo, aos poucos, que as diferenças são imprescindíveis na construção da nossa identidade (Gomes, 2003, p. 172).

A partir das considerações de Munanga (2020), Gomes (2003) e Souza (2021), - estudiosos da identidade negra brasileira - considera-se que ela é forjada em um terreno permeado por resistências e imposições, em que a memória e a oralidade desempenham papéis fundamentais na preservação de vínculos culturais. A construção identitária é vista como progressiva, que envolve tanto a negação quanto a negociação com o outro, especialmente com o branco, numa constante luta pela afirmação e reconhecimento da diferença.

Portanto, os autores aqui abordados apontam que a identidade negra no Brasil emerge de um cenário de disputas simbólicas e sociais, e de um processo dinâmico, complexo e multifacetado, marcado por fatores históricos, linguísticos e psicológicos.

### **1.3 NEGRITUDE X IDENTIDADE**

No que se refere a Negritude, Kabengele Munanga (2020, p. 15) a define como “[...] uma reação racial negra a uma agressão racial branca”. Ou seja, para o autor a Negritude nada mais é do que um movimento político-ideológico de afirmação do *Ser Negro*, frente ao racismo. Mas, a negritude deve ser vista como algo plural, e não baseada na homogeneidade que não reconhece as múltiplas vivências e diversidades. A negritude, enquanto movimento, não se resume à simples cor da pele ou à origem biológica, mas envolve a recuperação e valorização de uma série de traços culturais, históricos e simbólicos que foram marginalizados ou suprimidos pela colonização e pelo racismo, a exemplo dos três fatores que compõem a identidade cultural.

Desta forma, no processo de busca pela identidade, o negro terá que compreender o que é e como se apresenta a sua negritude, como afirma Munanga (2020):

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (Munanga, 2020, p. 19).

No entanto, esse movimento não está isento de desafios, sendo descrito como um *fardo* que os indivíduos negros carregam cotidianamente, em razão da constante necessidade de resistir às diversas formas de exclusão e violência que ainda se perpetuam.

Por fim, Munanga (2020) vai afirmar que:

A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas.

Vista desse ângulo, para as mulheres e os homens descendentes de africanos no Brasil e em outros países do mundo cujas plenas valorização e aceitação da sua herança africana faz parte do processo do resgate de sua identidade coletiva, a negritude faz parte de sua luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, um tema ainda em atualidade. Tomando a forma de irmanação entre mulheres e homens que dela se reclamam para fazer desaparecer todos os males que atingem a dignidade humana, a negritude se torna uma espécie de fardo do Homem e da Mulher negro (Munanga, 2020, p. 20).

Assim, *negritude e identidade* não se opõem, mas se entrelaçam na afirmação de um pertencimento que recusa a homogeneização e reivindica a dignidade histórica e cultural do povo negro. A negritude, compreendida como prática ativa de revalorização da ancestralidade e dos saberes afro-brasileiros, torna-se não apenas um processo de reconstrução subjetiva, mas também uma ação política coletiva em busca de justiça, memória e equidade.

Para Munanga (2020, p. 50): “a identidade consiste em assumir plenamente, com orgulho, a condição de negro, em dizer de cabeça erguida: sou negro. A palavra foi despojada de tudo que o carregou no passado, como desprezo, transformando este último numa fonte de orgulho para o negro”. Segundo o autor, assumir-se negro, portanto, é um ato de reconhecimento e de empoderamento frente à lógica racializante da sociedade brasileira, que durante muito tempo tentou impor o mito da democracia racial como forma de manter o racismo velado e estrutural.

A relação entre negritude e identidade é intrinsecamente política, histórica e plural. Longe de se oporem, essas duas categorias se articulam na afirmação de uma subjetividade negra que recusa a invisibilidade e o silenciamento impostos pelo racismo estrutural. A negritude, entendida como resposta coletiva e crítica à dominação racial, alimenta a construção de identidades negras conscientes, orgulhosas e atentas à complexidade de suas vivências. Já a identidade negra, por sua vez, não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de reconstrução de si, em diálogo com a ancestralidade, a memória, os afetos e as lutas do presente. Reconhecer essa articulação é fundamental para compreender que afirmar-se negro não é apenas um gesto de resistência, mas também de criação de novos sentidos de humanidade, pertencimento e futuro.

## CAPÍTULO II

### 2. A IDENTIDADE NEGRA: CONTRIBUIÇÕES DE AUTORES NEGROS

#### 2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS: DECOLONIALIDADE NEGRA

Escrever sobre identidade negra exige uma postura ética e política. Não posso me colocar como alguém neutro diante do tema - sou atravessado por ele. Parto de uma abordagem qualitativa, que possibilita a construção do conhecimento por meio de uma imersão analítica no referencial teórico selecionado (Gerhardt e Silveira, 2009).

Conforme destaca Djamila Ribeiro (2017), o lugar de fala não se limita a uma experiência individual isolada, mas é definido pela posição social que ocupamos, atravessada por raça, gênero e classe. Assim, ao optar por fundamentar esta análise nas produções de autores negros e negras brasileiras, reconheço que essa escolha metodológica surge da necessidade de ouvir e valorizar as vozes que historicamente foram silenciadas na construção do conhecimento (Gonzalez, 2020). Dessa forma, privilegio intelectuais negros que, segundo Sueli Carneiro (2005), rompem com a lógica epistêmica da branquitude, permitindo o estabelecimento de uma nova perspectiva sobre a identidade negra.

Lélia Gonzalez (2020) já evidenciava, em seus escritos pioneiros, como o racismo não apenas estrutura as relações sociais, mas também determina quais saberes são reconhecidos como legítimos. Ao enfatizar a *amefricanidade* como eixo analítico, ela desloca o centro epistemológico eurocêntrico e coloca em foco os saberes afro-diaspóricos e indígenas, fundamentais para a compreensão da identidade negra.

Analisar como autores negros brasileiros contemporâneos têm se debruçado sobre essa construção identitária é o ponto de partida desta etapa da pesquisa, que se propõe a descrever, compreender e explicar os principais conceitos e interpretações sobre o tema, a partir de uma abordagem qualitativa ancorada na revisão de literatura crítica.

A escolha metodológica de realizar uma análise teórica baseada em revisão de literatura crítica foi orientada por dois pressupostos centrais: primeiro, de que as estruturas sociais moldam as experiências e identidades dos sujeitos negros, e que tais experiências, quando narradas por autores negros, possibilitam uma leitura crítica indispensável sobre o racismo, o branqueamento simbólico e os mecanismos de resistência (Gonzalez, 2020).

Nesse sentido, foram selecionadas obras de autoras e autores negros brasileiros, produzidas no intervalo de 2020 a 2025, que tratassem especificamente da construção da

identidade negra no Brasil. A busca foi realizada por meio da ferramenta Publish or Perish, utilizando os descritores: identidade negra OR identidade étnico-racial OR negritude AND Brasil. Inicialmente, foram obtidos 200 resultados, incluindo monografias, dissertações, teses, artigos e resumos de apresentação de trabalho. Após uma leitura dos resumos, foram excluídos trabalhos que não tratavam diretamente da construção da identidade negra no Brasil, bem como aqueles com metodologia de revisão de literatura - priorizando-se produções empíricas ou teórico-analíticas. Ao fim da primeira triagem, restaram 23 trabalhos.

Na segunda fase de seleção, foram excluídas produções de autoria de pessoas não brasileiras, textos de autoria ou coautoria de pessoas brancas, trabalhos que não dialogavam com os critérios teóricos da pesquisa ou que estavam fora do recorte temporal. Após esse processo rigoroso, foram selecionados 7 trabalhos que compõem o corpus da análise, conforme tabela abaixo.

Quadro 1 - Produções Acadêmicas Analisadas sobre a Construção da Identidade Negra

Ano	Tipo de Literatura	Autor	Contribuição Central
2020	Tese	Izaque Souza	Aborda o papel do movimento negro e das políticas de ação afirmativa na reconstrução da identidade negra no contexto educacional.
2022	Dissertação	Mayara Brito	Analisa a construção da identidade negra na infância, com foco nas memórias de professores e nas auto identificações no espaço escolar.
2023	Tese	Joselaine Santos	Investiga o afroconsumo como prática que expressa a identidade negra e as formas de afirmação da negritude no cotidiano.
2023	Artigo	Wellington dos Santos Renísia Filice	Examina como estudantes cotistas constroem sua identidade negra ao ingressar na universidade, enfrentando tensões e afirmações identitárias.
2023	Artigo	Rhaunn Fernandes	Propõe o amor como ferramenta de descolonização e reconstrução da identidade negra, articulando afetividade e resistência.
2023	Livro	Érico Andrade	Critica a ideia de uma identidade negra essencializada, defendendo a pluralidade de narrativas negras e a singularidade das experiências de negritude.
2025	Dissertação	Fernanda Nunes	Analisa o processo de tornar-se negro no Brasil, destacando as ambiguidades, silenciamentos e violências internalizadas com foco nas trajetórias de pessoas pardas.

A análise desses textos está estruturada em três movimentos complementares: descrição, compreensão e explicação. O primeiro movimento consistiu na organização sistemática dos textos e dos principais conceitos mobilizados; o segundo, em uma leitura interpretativa atenta ao contexto teórico, político e afetivo em que os textos foram produzidos; e o terceiro, na articulação entre os dados levantados e os pressupostos centrais desta monografia.

Para nortear a análise será utilizada perspectiva negra decolonial (Gomes, 2019) entendida aqui como uma chave teórico-política que permite compreender como sujeitos negros constroem saberes, identidades e estratégias de resistência a partir de suas vivências e trajetórias. A perspectiva negra decolonial, segundo Nilma Lino Gomes (2019), é uma perspectiva epistemológica e política construída a partir da experiência histórica da população negra brasileira, que busca romper com a lógica eurocentrada do conhecimento.

Trata-se de uma prática crítica que denuncia a colonialidade do saber, do ser e do poder, e reivindica a legitimidade dos saberes produzidos por sujeitos negros, sejam eles acadêmicos, ancestrais, identitários ou estético-corpóreos. Esta perspectiva emerge das ações do Movimento Negro e da intelectualidade negra no Brasil, propondo a inclusão de outras narrativas no campo do conhecimento, e promovendo uma epistemologia do engajamento comprometida com a transformação social e com a valorização da negritude como potência política e formativa.

## **2.2 RECONHECENDO-SE NEGRO ATRAVÉS DA NEGRITUDE**

Entender como se forma a identidade negra no Brasil exige olhar para os processos de socialização, educação, exclusão e resistência vividos por pessoas negras desde a infância até a vida adulta. A identidade não é uma essência, mas uma construção histórica, simbólica e subjetiva que se desenha ao longo da trajetória de vida, em resposta às estruturas racistas que organizam a sociedade brasileira (Munanga, 2020). A literatura de autoras e autores negros contemporâneos confirma esse movimento ao evidenciar as fraturas, contradições e reconstruções que compõem o processo de *tornar-se negro* neste país. Como afirma Souza (2021):

É que, no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outras características do tipo negroide e compartilhar e uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial não organizam, por si só, uma identidade negra.

Ser negro é, além disso, tomar consciência do processo ideológico que através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegura o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração.

Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

Tornar-se Negro, portanto, ou consumir-se em esforços por cumprir o veredito impossível - desejo do outro - de vir a ser branco, são as alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente ao apelo da ascensão social (Souza, 2021, p. 115).

Na dissertação de Mayara Cristina Gomes de Brito (2022), é possível perceber como o processo de construção da identidade negra se inicia ainda na infância, atravessado pelas experiências escolares que silenciam ou distorcem as referências negras. Sua investigação, baseada em narrativas de professoras e crianças, revela que, nas séries iniciais, meninas e meninos negros já aprendem a negar sua identidade racial. Isso é visível nas falas de alunas que dizem: “eu não sou negra, sou morena, sou marrom”. Tais falas não são simples confusões de cor ou vocabulário, mas manifestações de uma estratégia inconsciente de sobrevivência psíquica em um ambiente que desvaloriza o negro. Esse trecho ressoa fortemente com a análise de Souza (2021), ao apontar como o sujeito negro é levado a construir uma imagem idealizada de si, marcada por traços brancos, como forma de ser aceito.

A escola, enquanto instituição reprodutora de valores sociais, contribui para o apagamento das referências negras, reforçando a estética branca como norma e o eurocentrismo como modelo de saber. Brito (2022) afirma que o espaço escolar pode ser, simultaneamente, um lugar de exclusão e de possibilidade. Quando há intencionalidade pedagógica antirracista, há também a abertura para a ressignificação identitária. Mas, quando essa pedagogia está ausente, o ambiente escolar age como espaço de reprodução do racismo estrutural, moldando subjetividades que negam sua ancestralidade.

Esses impactos também se prolongam na vida adulta, como mostram os trabalhos de Wellington Oliveira dos Santos e Renísia Cristina Garcia Filice (2023), e Izaque Pereira de Souza (2020). Santos e Filice (2023), ao estudar ingressantes negros cotistas na Universidade de Brasília, identifica que o ambiente universitário pode funcionar como ponto de inflexão na trajetória identitária desses sujeitos. Muitos chegam à universidade sem reconhecer plenamente sua negritude, ainda associados à ideia de *pardo*, *moreno* ou *não branco*. Porém, o contato com coletivos negros, o ativismo estudantil, os debates raciais e as políticas de cotas geram rupturas que permitem uma reconstrução identitária positiva. Os autores destacam que

os estudantes negros passam a *reconhecer-se negros* não apenas por sua cor da pele, mas por uma nova consciência racial e política que redefine sua percepção de si e do mundo.

Já Souza (2020), em sua tese sobre as bancas de heteroidentificação, apresenta uma análise sobre o papel das ações afirmativas na reconstrução identitária negra e o papel do movimento negro na construção do pertencimento político dos negros. Segundo o autor, ao contrário do discurso que trata as cotas como mero mecanismo de acesso, essas políticas têm forte conteúdo pedagógico. As bancas de heteroidentificação, ao confrontarem os sujeitos com a necessidade de se declarar e se reconhecer enquanto negros, provocam processos de reflexão, pertencimento e afirmação racial. Souza (2020) afirma que essas bancas, quando compostas por integrantes do movimento negro, passam a atuar como espaços educativos, em que se produz não apenas validação, mas também formação, um tipo de *pedagogia da identidade* que leva o sujeito a ressignificar sua própria trajetória a partir da luta coletiva.

Assim, segundo a discussão abordada por esses autores, fica evidente que a formação da identidade negra no Brasil se dá num campo de disputa. Não é algo que nasce com o sujeito, mas que precisa ser construído em meio à violência simbólica do racismo e aos processos de resistência. Reconhecer-se negro, nesse país, é uma conquista, muitas vezes dolorosa, contra as narrativas de branqueamento e silenciamento. E é essa luta cotidiana que os autores analisados trazem à tona: a identidade negra como um ato de consciência, insurgência e reumanização.

A negritude, enquanto conceito político e cultural tem sido historicamente mobilizada como instrumento de resistência diante da tentativa colonial de desumanização dos corpos negros (Munanga, 2020). Contudo, a negritude é uma elaboração discursiva que interage com o contexto, a história e as experiências singulares de quem a assume.

Em seu trabalho, Rhuann Fernandes (2023) propõe uma leitura de dimensão afetiva e emocional na discussão sobre identidade negra. Para ele, a colonialidade não se manifesta apenas na dominação política ou econômica, mas também na forma como os afetos e os vínculos são racializados. A ideia de *colonialidade das emoções* denuncia como os sujeitos negros foram historicamente construídos como indignos de amor, de cuidado e de desejo, e como essa construção impacta profundamente a autoestima e os relacionamentos interpessoais. Fernandes (2023) propõe, então, que a negritude não seja apenas um posicionamento político, mas também um campo de cura e reabilitação afetiva. Assumir-se negro, amar corpos negros, desejar pessoas negras, tudo isso é, para ele, uma forma de resistência.

Essa mesma perspectiva aparece, com outros recursos, na tese de Joselaine Caroline da Silva Santos (2023), que desenvolve o conceito de *afroconsumo*. A autora observa que pessoas negras vêm buscando, de forma consciente, consumir produtos, linguagens, estéticas e símbolos que reflitam e valorizem a negritude. Essa prática não se limita a uma tendência de mercado, mas se constitui como gesto político e identitário. Ao adquirir uma camiseta com estampas africanas, ao ouvir artistas negros, ao se maquiar com base no próprio tom de pele, os sujeitos negros estão afirmando uma identidade que historicamente lhes foi negada. Para Santos (2023), o afroconsumo é uma forma de narrar-se a si mesmo de maneira positiva, reconstruindo o orgulho de ser negro por meio de escolhas que reafirmam o pertencimento e a ancestralidade.

Na dissertação de Fernanda de Camargo Nunes (2025), essa complexidade é aprofundada a partir da pergunta *pardos são negros?*. A autora não trata essa questão de forma simplista, mas investiga como sujeitos que não se reconhecem imediatamente como negros passam por processos de identificação que os aproximam, gradualmente, da negritude. Nunes (2025) trabalha com a ideia de que a identidade negra é uma elaboração narrativa de si, ou seja, uma construção que envolve memória, afetos, política e linguagem. Sua análise mostra que muitos sujeitos que cresceram se nomeando como *pardos* - categoria intermediária historicamente usada para diluir a negritude - passam a se reconhecer como negros quando entram em contato com referências, histórias e comunidades que ressignificam esse lugar.

Essas produções evidenciam que a negritude não pode ser reduzida à cor da pele ou a um marcador fenotípico. Ela é uma experiência existencial que se constrói na intersecção entre subjetividade, memória, cultura, estética, resistência e afeto. Ser negro, no Brasil, é habitar um lugar de fronteira, constantemente ameaçado pelo apagamento, mas também potencialmente criativo, onde é possível elaborar novas formas de ser, viver e amar.

Em sua obra, Érico Andrade (2023) propõe uma reflexão filosófica crítica sobre a construção da identidade negra, recusando toda tentativa de fixação identitária baseada na busca de uma origem comum ou essencial. Para o autor, a negritude não é uma identidade que se descobre ou se recupera, ela é uma construção discursiva, uma prática política e performativa que se constitui no confronto com os efeitos históricos do racismo e da colonialidade. Andrade (2023) afirma que:

Assim, a identidade impressa nos corpos negros é carregada por uma narrativa que pretende homogeneizar, condicionar e controlar a existência e experiência pessoal e coletiva desses corpos. A identidade funciona socialmente, por um lado, como uma racionalidade que força a negritude a se narrar unicamente pelos códigos e símbolos

da branquitude, mediante os quais é possível se reconhecer a humanidade de uma pessoa. Por outro lado, a identidade funciona como um modo ou uma racionalidade que subordina a narrativa da negritude a uma resposta - compreensivelmente reativa - às violências que lhes são impostas (Andrade, 2023, p. 25).

Ao deslocar o debate da identidade como essência para a identidade como posição, Andrade (2023) se insere em uma tradição teórica que inclui Frantz Fanon, Judith Butler e Stuart Hall. Sua crítica é centrada na tentativa de se pensar a negritude para além de um lugar homogêneo de pertença, valorizando suas multiplicidades, ambiguidades e contradições. Para ele, não há uma identidade negra verdadeira a ser recuperada, mas sim uma luta constante contra os dispositivos de silenciamento e inferiorização impostos pela branquitude e pela lógica colonial.

A ideia de *negritude sem identidade* não significa a negação da negritude, mas o reconhecimento de que ela não é algo dado, e sim algo construído. Nesse sentido, sua proposta desloca o debate para uma dimensão ética e política da identidade: ser negro não é carregar uma essência, mas afirmar uma existência diante de um sistema que insiste em negar esse direito.

Outro ponto importante de sua abordagem é a crítica à normatividade das identidades. Andrade (2023) alerta para o perigo de se estabelecer um modelo *ideal* de negritude que passe a excluir corpos e experiências que não se enquadrem em certos padrões estéticos, culturais ou ideológicos. Para ele, isso significaria reproduzir, no interior da luta antirracista, uma lógica excludente semelhante àquela contra a qual se luta. Assim, propõe uma ética da escuta, da abertura ao diverso, da pluralidade das formas de ser negro. A negritude, portanto, é pensada por Andrade (2023) como um campo de disputas, onde diferentes sentidos são mobilizados, reivindicados, negados ou reconstruídos. Seu texto nos convida a compreender a identidade negra não como um fim em si, mas como um meio de enfrentamento e invenção política.

Sua contribuição é decisiva para esta análise justamente por tensionar qualquer tentativa de cristalização identitária. Ao dialogar com os outros textos analisados neste capítulo, o trabalho de Andrade (2023) nos ajuda a perceber como cada narrativa de identidade negra está atravessada por disputas, apagamentos, negociações e reconstruções. A identidade negra, nesse contexto, aparece como um processo contínuo de produção de sentido - nunca fechado, nunca pleno, mas sempre insurgente.

## CAPÍTULO III

### 3. NA CONTRAMÃO DO SILÊNCIO

Este capítulo emerge como um gesto de ruptura, uma recusa ao silenciamento que historicamente marcou as experiências negras no Brasil. Tal como propõe Conceição Evaristo (2020), ao cunhar o termo *escrevivência*, escrever não é apenas registrar, mas fazer falar os corpos, as memórias, as dores e as resistências que foram caladas. Aqui, parto do princípio de que toda análise da identidade negra que ignore os atravessamentos subjetivos, afetivos e históricos está fadada a reproduzir as lacunas do discurso dominante.

Nesse contexto, a Antropologia se apresenta como campo sensível e crítico, comprometido com a escuta das alteridades, com a valorização das narrativas marginalizadas e com a produção de conhecimento situada e implicada. Como destaca François Laplantine (2000):

O antropólogo, que realiza uma experiência nascida do encontro do outro, atuando como uma metamorfose de si, é freqüentemente levado a procurar formas narrativas (romanescas, poéticas e, mais recentemente, cinematográficas) capazes de expressar e transmitir o mais exatamente possível essa experiência (Laplantine, 2000, p. 143).

Essa perspectiva antropológica busca compreender o sujeito em sua inteireza afetiva, social, histórica e política, recusando a fragmentação que caracteriza os discursos hegemônicos. Assim como a *escrevivência* propõe que a vida do sujeito negro se inscreva na linguagem, a Antropologia nos convida a ouvir as vozes historicamente silenciadas e a compreender os sentidos que emergem das práticas cotidianas, das corporalidades e das memórias encarnadas.

Ao reunir narrativas, pesquisas e experiências que revelam os conflitos, ambiguidades e resistências que permeiam o processo de tornar-se negro, caminho na *contramão do silêncio* imposto e apostado na potência política da enunciação negra como forma de reexistência e reconstrução de si.

Início trazendo a contribuição de Izaque Souza (2020), que, a partir de sua experiência em espaços de educação formal e não formal, e na atuação em comissões de verificação de autodeclaração racial, o autor propõe compreender como o racismo estrutura a sociedade brasileira e influencia diretamente a maneira como pessoas negras se reconhecem, ou são reconhecidas, como tal. Souza (2020) reconhece a complexidade de trabalhar a negritude em

um contexto onde a pluralidade é constantemente relativizada em favor da branquitude, o que dificulta o fortalecimento de uma identidade negra positiva.

Mas se trabalhar a negritude por si só já é uma proposta desafiadora, trabalhá-la em um contexto plural, em um espaço que essa pluralidade é relativizada em favor de quem não é negro, torna essa tarefa ainda mais complexa. O racismo não é “problema de negro/a”, mas é uma ideologia, uma perspectiva que afeta toda a sociedade, sobretudo, a população negra em suas várias dimensões (Souza, 2020, p. 80).

Nesse sentido, o autor reforça que, ao contrário de outros grupos étnico-raciais que afirmam com orgulho suas origens, a população negra frequentemente desconhece ou silencia sua ancestralidade, o que fragiliza o sentimento de pertencimento, autoestima e memória coletiva.

Com base na sua atuação prática, Souza (2020) identifica tensões nos processos de autodeclaração racial, observando que muitos candidatos não preenchiam critérios fenotípicos estabelecidos nos editais de ações afirmativas, mas ainda assim buscavam se enquadrar como negros ou pardos. Por outro lado, observa-se também que há pessoas negras que evitam acessar essas políticas por não se reconhecerem como beneficiárias, o que aponta para a força da exclusão simbólica operada pelo racismo.

Não é uma tarefa simples construir uma identidade positiva em uma sociedade que insiste em bombardeá-la/o desde sua infância com ideologias racistas e hierarquizam as pessoas pela cor de sua pele (GOMES, 2012; MARQUES, 2010). Isso faz com que negras/os acabem por negar sua ancestralidade e, antes de reivindicar direitos já reconhecidos, buscar “provar que são algo”. Isso fez com que me deparasse com estudantes em cursinhos que afirmavam categoricamente não verem sentido em se valer de algo que os “desqualificaria” ou ainda acadêmicas/os negras/os em cursos como o de medicina por exemplo (um dos cursos de maior prestígio naquela região) que, ao afirmarem não serem cotistas, o faziam inicialmente com relativo sentimento de orgulho (Souza, 2020, p. 137).

Em seus estudos, Souza (2020) desenvolve o histórico das classificações raciais nos censos demográficos, evidenciando como a categoria *pardo* foi sendo manipulada e utilizada de forma residual ou ambígua, com o objetivo de dissolver a identidade negra e sustentar a ideologia da mestiçagem. Segundo o autor, o conceito de branqueamento, especialmente após a abolição, passa a funcionar como uma estratégia de negação do corpo e da mente negra, tornando a negritude um entrave à aceitação social.

Para Souza (2020) a valorização da estética branca e a ausência de representatividade negra nos espaços de poder, de mídia e de produção de conhecimento colaboram para a dificuldade no reconhecimento e na afirmação identitária da população negra. Em especial,

destaca-se a importância da Lei 10.639/2003 como medida reparatória para reconstrução da memória histórica e da identidade do povo negro, uma vez que a história da África e da população afrodescendente foi sistematicamente silenciada nos currículos escolares.

Além disso, é enfatizado que os movimentos sociais negros desempenham papel fundamental na construção e fortalecimento de uma consciência identitária negra. Esses movimentos atuam como espaços de formação, denúncia, acolhimento e produção de saberes que confrontam as hierarquias raciais e promovem o protagonismo da população negra (Silva, 2007).

Por fim, Souza (2020) afirma que assumir-se como negro ou negra é também um ato político, muitas vezes doloroso, pois exige encarar os efeitos da exclusão estrutural e as heranças de uma sociedade profundamente marcada pelo racismo. A identidade negra, nesse contexto, é construída entre a rejeição e a afirmação, entre a invisibilidade e a resistência, exigindo a ressignificação de pertencimentos individuais e coletivos

Dentro deste contexto, Fernanda Nunes (2025) traz uma reflexão densa e experiencial sobre o processo de tornar-se negro no contexto brasileiro, com foco específico nas trajetórias de sujeitos pardos. A autora parte da afirmação de que esse processo é contínuo, inacabado e doloroso, marcado por ambiguidades, silenciamentos e violências, muitas vezes internalizadas. Nunes (2025) ressalta desde o início que seu objetivo não é apresentar uma narrativa linear ou romântica de afirmação racial, mas sim abordar as contradições que emergem nesse percurso. Para a autora, *tornar-se negro* é entendido como um movimento de desalienação, de rompimento com o ideal de ego branco imposto pela sociedade e de construção de um discurso próprio sobre si mesmo e sobre o mundo.

Dessa maneira, o termo negro escrito com n minúsculo indica a racialização feita a partir do conceito branco, o termo Negro com n maiúsculo indica tanto a identidade racial da coletividade, quanto indica o processo de desalienação racial, a barra representa que o sujeito é ou pode ser os dois ao mesmo tempo. Ou seja, ao mesmo tempo que o indivíduo é racializado de maneira pejorativa pelo branco, pode elaborar uma identidade positiva acerca de si e dos seus, indica o torna-se Negro (Nunes, 2025, p. 68).

A partir das experiências de vida narradas, observa-se que a ausência de significados claros sobre o que é ser negro, especialmente no seio familiar, gera confusão, sofrimento e atraso no processo de identificação racial. Nunes (2025) destaca que, no caso das pessoas pardas, há uma sobreposição de discursos que as posicionam como híbridas, ambíguas ou privilegiadas, o que leva a uma sensação de lacuna ou de não lugar. Como bem aponta Souza (2021, p. 53): “a história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua

assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença do outro que se lhe faz hegemônico”.

Por esta ótica, Nunes (2025) enfatiza que a construção da identidade negra não se dá apenas pela fenotipia, mas pelos sentidos e significados atribuídos à experiência vivida, pensamento alinhado com o de Souza (2021).

Vemos que o termo “negro” é utilizado como sinônimo de “preto” e existe uma separação entre o “negro” (uma raça pura) e o “mulato/pardo” (raça impura). Dessa maneira, existia/existe a correlação entre os traços corporais de pessoas pretas enquanto “negras” e os traços corporais de pessoas pardas enquanto uma categoria racial diferente. O que almejo que fique evidente é que a marca da miscigenação não é biológica, em termos genotípicos, mas sim, discursiva em termos fenotípicos. Nesse sentido, forjou-se no Brasil uma terceira categoria racial a partir da produção e atribuição de significados para traços corporais dos sujeitos. Enquanto o indivíduo branco que tem seu corpo marcado pela miscigenação (algum traço lido como negroide) é considerado “branco encardido” (Schucman, 2012), ou seja, não tem sua brancura negada e continua fazendo parte da branquitude, o indivíduo negro marcado pela miscigenação foi enquadrado enquanto mulato/pardo/mestiço e incentivado a negar sua negritude (Munanga, 2020) (Nunes, 2025, p. 14).

No entanto, reconhece que há uma lógica social de legitimação da negritude baseada em um *checklist* de traços físicos, como cor da pele, tipo de cabelo, boca, nariz, entre outros. Essa lógica racialista, herdada do pensamento científico do século XIX, persiste no imaginário social e é reproduzida até mesmo entre pessoas negras, criando tensões internas e disputas por pertencimento legítimo.

Com base nessa discussão, Mayara Brito (2022), em sua dissertação, analisa o papel da memória na construção da identidade negra, especialmente a partir das experiências escolares de professoras e professores negros e negras da rede pública. A autora propõe que a escuta dessas memórias, que são também escrituras, permite compreender os impactos do racismo na infância e na formação da identidade étnico-racial das crianças, bem como pensar caminhos para práticas pedagógicas antirracistas no ensino de História. A narrativa é atravessada por vivências dolorosas, mas também por momentos de resistência e construção. Brito (2022) reflete sobre a memória como um instrumento de elaboração subjetiva e política da negritude, especialmente para quem sofreu com a exclusão e com as múltiplas formas de silenciamento.

A discussão parte do pressuposto de que a memória da pessoa negra é marcada por traumas históricos e sociais provocados pela colonialidade e pelo racismo estrutural. Esses traumas não são apenas individuais ou familiares, mas atravessam gerações e são reatualizados pela experiência cotidiana de exclusão.

Desta forma, Brito (2022) associa esse processo à ideia de descolonização do olhar e da palavra. Isso acontece tanto no momento em que fala e se reconhece, quanto quando reivindica espaços e rompe com narrativas hegemônicas.

Refletir sobre nossa sociedade, principalmente envolvendo questões conflituosas como o racismo, a história dos povos silenciados no Brasil, sobre a identidade e cultura negra, a descolonização das visões predeterminadas pela branquitude, não é um trabalho fácil, principalmente para quem não busca ter esse envolvimento político com as questões raciais, mas é uma necessidade, diria urgente, para nossa sociedade (Brito, 2022, p. 122).

Na pesquisa desenvolvida por Brito (2022), foram entrevistadas cinco pessoas negras que atuam como professoras e professores nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de Pernambuco. O objetivo da investigação foi compreender como suas experiências de infância, marcadas por vivências raciais, influenciaram sua identidade e sua atuação docente. A autora identifica a escola como um dos principais espaços em que o racismo é experienciado pela primeira vez na infância.

As violências descritas variam entre manifestações explícitas, atitudes veladas e silenciamentos institucionais, que contribuem para a construção de uma identidade negra permeada por sentimentos de exclusão e não pertencimento. Os efeitos subjetivos dessas experiências se manifestam em forma de rejeição da própria imagem, tentativas de apagamento da negritude e mecanismos de adaptação frente ao preconceito.

Por sua vez, Rhuann Fernandes (2023) propõe discutir como a constituição da identidade negra no Brasil foi historicamente impactada por um projeto nacional centrado na mestiçagem, no branqueamento e na hierarquização racial, produzindo efeitos subjetivos profundos sobre os sujeitos negros, sobretudo nas formas de viver e expressar o amor. A noção de *colonialidade das emoções* é central na argumentação, sendo entendida como o modo pelo qual o racismo estrutural e o legado colonial modulam a vida afetiva e emocional da população negra.

Assim, o que chamo de “colonialidade das emoções” se organiza naquilo que nomeio de “dubiedade afetiva na formação dos corpos coloniais”, produzida em dois eixos: a) o trauma/herança colonial da animalização, a repressão das emoções dos negros; b) o branqueamento, o desprezo de si mesmo. Para entendermos o primeiro eixo, retomemos rapidamente alguns aspectos do período escravocrata (Fernandes, 2023, p. 564).

Práticas como o alisamento de cabelo, cirurgias estéticas e o desejo de se relacionar com pessoas brancas são analisadas como expressões dessa busca por aceitação social por

meio do embranquecimento físico e simbólico. Assim o autor, propõe a noção de *dubiedade afetiva* para descrever a forma contraditória como os sujeitos negros foram representados no imaginário social brasileiro: vistos ao mesmo tempo como passionais, luxuriosos, ingênuos e perigosos. Fernandes (2023) evidencia que o amor, longe de ser uma experiência neutra ou universal, é também um campo de disputa política e simbólica. No caso da população negra, o amor é atravessado por traumas históricos, racismo estrutural, ausência de representatividade e imposição de padrões afetivos alheios à sua realidade. A colonialidade das emoções impede que os sujeitos negros se reconheçam como dignos de amar e serem amados plenamente, sem mediações coloniais que associam seus corpos à irracionalidade, hipersexualização e desumanidade.

Desta forma, Fernandes (2023) critica os discursos universalizantes da modernidade ocidental, particularmente no que diz respeito às transformações da intimidade e do amor. Ao apontar as limitações da teoria da modernização reflexiva de Giddens, denuncia o eurocentrismo implícito em análises que ignoram os efeitos específicos do colonialismo e do racismo sobre os sujeitos subalternizados. A partir das contribuições de autores decoloniais como Mignolo, Dussel, Escobar e Grosfoguel, defende a valorização de perspectivas locais e pluriversais sobre os afetos, reconhecendo o papel ativo dos sujeitos negros na produção de outras formas de vivência emocional e afetiva.

A construção da identidade negra no Brasil, segundo Fernandes (2023), é marcada por um processo histórico de objetificação, inferiorização e animalização dos corpos negros, sustentado pelas teorias racialistas e reforçado pelo projeto de embranquecimento da nação. O autor mostra como a elite intelectual e política do país, especialmente entre o final do século XIX e início do século XX, apropriou-se de discursos científicos para justificar o apagamento das populações negras e indígenas, consolidando a supremacia branca como ideal nacional. Para Fernandes (2023, p. 556): “desse modo, na ideia de “brasileiro emotivo”, onde estão os negros? Para pensar nessa indagação, neste tópico, centro-me na emocionalidade das pessoas negras, que defendo ser construída, modelada e subvertida pela mentalidade colonial interna que os desumanizam”.

Em seus argumentos, Fernandes (2023) evidencia que essa política de branqueamento gerou efeitos duradouros na subjetividade da população negra, criando um imaginário coletivo em que ser branco é sinônimo de humanidade plena, civilidade e de valor moral. Como consequência, muitos sujeitos negros foram levados à interiorização da branquitude como modelo desejável, afetando profundamente sua autoestima e seu processo de autoidentificação racial.

A importação, modificação e adaptação à realidade brasileira das teorias racialistas serviram, inicialmente, como justificativas para inferiorização de negros e indígenas e o cruel processo de escravidão. Houve intensas articulações entre tais saberes e a organização do poder político. Os “argumentos científicos” deram continuidade aos estigmas escravocratas que, em vez de explicar a realidade da sociedade brasileira, encobriu sua maior mazela social: a perpetuação e a reprodução do privilégio escravista por uma elite do dinheiro (Fernandes, 2023, p. 544).

Contudo, Fernandes (2023) não se limita a denunciar os efeitos perversos da colonialidade. Ele também destaca a importância das ações de resistência estética, política e subjetiva produzidas no interior do movimento negro. Essas ações formulam o que chama de *consciência negra do negro*, uma ruptura com a *consciência ocidental do negro* que o posiciona como outro inferior. Nesse processo, o amor é ressignificado como potência política e forma de reconstrução subjetiva. Amar-se enquanto pessoa negra e amar outros corpos negros torna-se um gesto radical de afirmação e de enfrentamento ao projeto colonial.

Complementando o debate, Wellington Santos e Renísia Filice (2023), em seu artigo apresentam os resultados de uma pesquisa que buscou compreender como se dá a construção da identidade negra entre estudantes ingressantes na Universidade de Brasília pelo sistema de cotas étnico-raciais. O foco recaiu sobre estudantes que participam do programa Afroatitude e das atividades do Centro de Convivência Negra, ambientes nos quais se desenvolvem experiências coletivas, militância e produção de saberes voltados às questões étnico-raciais.

Os autores compreendem a identidade como um processo dinâmico e relacional, marcado por disputas simbólicas e influenciado pela interação com os pares e com as instituições. Nesse sentido, destacam que a construção da identidade negra não se inicia necessariamente com o ingresso na universidade, mas é ressignificada a partir da vivência universitária, sobretudo em espaços de militância e convivência com outros estudantes negros.

A partir das entrevistas e das respostas aos questionários é possível afirmar que o processo de construção de identidade dos cotistas étnico-raciais, membros do grupo do CCN - Afroatitude, é influenciado pelo seu ingresso no mundo acadêmico e suas discussões nos grupos e coletivos étnico-raciais. Esse fenômeno é percebido não apenas nas afirmações dos participantes da pesquisa, mas no modo como expõem suas visões sobre raça, gênero, classe social e as desigualdades que as políticas de ações afirmativas buscam responder (Santos; Filice, 2023, p. 61).

A universidade, portanto, aparece como espaço tensionado: ao mesmo tempo que reproduz desigualdades e exclusões, também pode fomentar o fortalecimento identitário.

Neste sentido, tomo destaque para a análise dos dados coletados por questionários e entrevistas com estudantes cotistas revelou aspectos centrais desse processo. Ao serem questionados sobre como se sentem como estudantes negros na Universidade de Brasília, as respostas foram agrupadas em três categorias: orgulho/representatividade, neutralidade e não pertencimento. Parte expressiva dos estudantes relatou sentir orgulho por representar a presença negra no ensino superior e reconhecer a si mesmos como parte de uma conquista coletiva. Contudo, outra parte relatou sentimentos de exclusão, especialmente em razão das diferenças materiais, sociais e raciais percebidas no cotidiano universitário.

Nesse estudo, Santos e Filice (2023) mostram que a convivência com outros estudantes negros foi apontada como fator essencial no fortalecimento da identidade. Os entrevistados destacaram o apoio mútuo, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de estratégias de enfrentamento como fundamentais para sua trajetória universitária. Essa convivência contribui para a elaboração de uma consciência racial crítica e para a formação de vínculos de pertencimento.

Em uma outra visão, a pesquisa desenvolvida por Joselaine Santos (2023) tem como objetivo principal compreender como o afroconsumo opera enquanto prática cultural, política e identitária, articulando dimensões como cidadania, resistência, negritude e comunicação. A partir de uma abordagem teórica e empírica ancorada nos estudos da cultura, da comunicação e das relações étnico-raciais, a autora constrói uma análise que posiciona o afroconsumo não apenas como ato econômico, mas como manifestação simbólica de sujeitos historicamente marginalizados.

E considerando que o consumo é parte constituinte da identidade negra (SANSONE, 2000), e que na atualidade, não há como pensar as práticas dos sujeitos sem antes indicar e compreender a origem delas, o afroconsumo pode ser definido como uma prática sociocultural sistemática em que a identidade e a cultura negra são privilegiadas durante a apropriação e uso de bens simbólicos e materiais (Santos, 2023, p. 32).

Um dos pontos centrais da investigação é a constatação de que o afroconsumo está diretamente relacionado à construção da identidade negra e ao fortalecimento de práticas culturais de resistência. Santos (2023) argumenta que, apesar de não ser exclusivo da população negra, o afroconsumo encontra na valorização da estética, dos símbolos, da ancestralidade e dos saberes negros sua principal força simbólica. Isso se deve ao fato de que, em contextos historicamente marcados pela exclusão e pelo racismo, o consumo de produtos, símbolos e narrativas negras adquire dimensão política e afetiva.

Ao discutir a relação entre consumo e cidadania, a autora recorre à ideia de que consumir não é apenas adquirir mercadorias, mas também exercer pertencimento e reivindicar direitos simbólicos e materiais. No caso da população negra, o afroconsumo surge como resposta à exclusão estrutural do mercado e como prática de resistência que desafia a lógica da branquitude dominante nas esferas do consumo, da estética e da visibilidade. Assim, o afroconsumo permite não só a produção e circulação de bens simbólicos negros, como também contribui para a valorização da identidade étnico-racial e para o reposicionamento dos sujeitos negros na esfera pública.

Isso porque, a prática de afroconsumo não é simples, dentre as suas múltiplas imbricações e motivações, ela também é o resultado da articulação de campos e discursos diversos que visam o fortalecimento da agência e localização da negritude na sociedade. Inúmeros movimentos sociais, culturais, entre outros, que buscam posicionar as pessoas negras no centro de suas próprias narrativas, e que possuem como objetivos o enaltecimento da identidade negra, o reconhecimento das heranças do escravagismo, a alteridade, sociabilidade, emancipação dos corpos e mentes negras, entre outros, são essenciais na composição da prática de afroconsumo (Santos, 2023, p. 29).

O estudo aponta ainda que a construção do conceito de afroconsumo envolve disputas políticas em torno da linguagem, sobretudo no uso do prefixo *afro*, que carrega significados históricos, culturais e ideológicos. Santos (2023) reflete sobre os limites e as potências do uso desse termo, considerando que ele pode tanto afirmar identidades negras quanto ser alvo de resistências, inclusive dentro da própria comunidade negra, devido ao histórico de negação da negritude na sociedade brasileira.

Outro aspecto importante discutido é a influência histórica do Movimento Negro na valorização da negritude, sendo este movimento responsável por tensionar o imaginário social, politizar a estética negra e produzir sentidos positivos sobre a identidade negra. Santos (2023) revisita fases do movimento negro brasileiro e mostra como, ao longo do tempo, ele deslocou a negritude do lugar da subalternidade para um espaço de afirmação e orgulho, especialmente por meio de práticas culturais, como música, estética, religiosidade e comunicação.

Muitas vezes, o afroconsumo surge para os sujeitos a partir de uma sucessão de eventos discriminatórios durante a prática de consumo, ou ainda, através da compreensão de que as diferenças identitárias, a agência e a localização atuam em todas as esferas da vida social, e se apresenta para a comunidade negra como uma forma de promover equidade, existência, desenvolvimento sociocultural, afirmação e fortalecimento da identidade (Santos, 2023, p. 31).

A cultura, nesse contexto, é compreendida como recurso simbólico e estratégico. Santos (2023) explora como práticas culturais, sejam elas religiosas, artísticas ou de consumo, atuam como formas de sobrevivência, de negociação simbólica e de permanência dos valores da ancestralidade negra, mesmo sob contextos de dominação. São apresentadas também as formas pelas quais tais práticas são reconfiguradas e ressignificadas no cotidiano, muitas vezes incorporando elementos da cultura dominante, mas sem abrir mão de sua essência de resistência.

Assim, sustento a tese de que, para recuperar a singularidade da experiência de narrar a si mesmo, é necessário, no caso das pessoas negras, quebrar as imposições do modelo colonial como condição identitária.

Com essa quebra de modelo colonial de determinação de identidade racial, talvez seja possível reconfigurar o pacto narciso das pessoas pardas por meio do qual muitas vezes a máscara branca se manteve pardas por meio do qual muitas vezes a máscara branca se manteve atracada às pessoas de corporeidade negras de pele clara ou com menos marcadores epidérmico de negritude (Andrade, 2023, p. 25).

Érico Andrade (2023) desenvolve uma crítica contundente ao modo como o racismo estrutural opera na constituição da subjetividade negra, especialmente de pessoas pardas, impondo-lhes uma narrativa de si previamente moldada pela lógica da branquitude. Para o autor, o racismo atua de forma sofisticada, não apenas por excluir ou hierarquizar, mas por determinar a própria forma como o sujeito negro pode se pensar como humano, isto é, por meio de um modelo de subjetivação que tem como referência exclusiva os códigos da branquitude.

Segundo Andrade (2023), a identidade negra, tal como foi construída sob a lógica colonial, opera como uma espécie de violência epistêmica, pois não emerge da singularidade da experiência vivida pelas pessoas negras, mas de um conjunto de códigos e símbolos racialmente impostos. Essa identidade age, ao mesmo tempo, como ferramenta de controle e como mecanismo de reação à exclusão, gerando um duplo movimento: por um lado, força o reconhecimento da negritude a partir de padrões externos; por outro, alimenta uma resposta defensiva que continua presa ao referencial branco.

A crítica de Andrade (2023) volta-se contra o que ele chama de *racionalidade identitária colonial*, que busca homogeneizar as experiências negras e condensar em um único modelo de negritude. Essa racionalidade, segundo o autor, limita a pluralidade das vivências e subjetivações possíveis, especialmente para pessoas pardas, cuja experiência corporal e epidérmica as coloca em um lugar ambíguo, ora marcado pela exclusão, ora por um privilégio relativo. Andrade (2023) aponta que a categoria *pardo* foi historicamente promovida pela

lógica colonial como instrumento de divisão entre as pessoas negras, criando tensões internas à negritude e reforçando o pacto narcísico com a branquitude.

A travessia para tornar-se negro, portanto, passa pela ruptura com esse modelo colonial de identidade racial. Andrade (2023) propõe que a construção de uma negritude viva, plural e autônoma requer o abandono da ideia de identidade como essência estática, herdada, ou natural. Em vez disso, defende a negritude como experiência subjetiva singular e coletiva, marcada pelo sofrimento da racialização e pela resistência ativa a esse processo. Essa travessia é também epistemológica: exige desfazer os marcos de humanidade definidos pelo universalismo branco e recuperar a legitimidade das narrativas negras de si, que não dependam da chancela da branquitude para se afirmarem. No caso específico das pessoas pardas, o autor propõe a crítica ao impacto narcísico que decorre do desejo de adaptação à branquitude e da negação da negritude como experiência encarnada.

A análise das obras selecionadas para este trabalho revela que a identidade negra no Brasil é construída em meio a tensões profundas entre silenciamento e enunciação, imposição e autonomia, violência simbólica e resistência subjetiva. As narrativas reunidas, produzidas por intelectuais negros e negras brasileiras, demonstram que tornar-se negro é menos um dado de origem do que um percurso, é uma travessia marcada pelo enfrentamento de estruturas coloniais que ainda moldam as possibilidades de reconhecimento e afirmação das subjetividades negras.

No diálogo com a obra *Tornar-se Negro*, de Neusa Santos Souza (2023), fica evidente que o racismo estrutural atua não apenas na esfera social, mas também no íntimo das subjetividades negras. A autora mostra que a negritude, antes de ser assumida como lugar de pertencimento, é muitas vezes vivida como confusão, rejeição e lacuna, pois o processo de identificação racial é atravessado por mensagens contraditórias que desautorizam a pessoa negra a se reconhecer como tal. Essa condição é ainda mais complexa para sujeitos pardos, cujas corporalidades ambíguas e histórias de silenciamento familiar geram conflitos em torno do pertencimento e da legitimidade racial.

A análise da pesquisa de Santos e Filice (2023) reforça essa ambiguidade: o acesso à universidade é uma conquista coletiva, mas a vivência acadêmica ainda é permeada por sentimentos de exclusão e por uma constante necessidade de afirmação. Os coletivos negros e os espaços de convivência entre pares emergem, nesse cenário, como lugares de resistência e reinvenção identitária.

No campo afetivo, Fernandes (2023), descolonização e amor evidencia que a colonialidade também opera sobre as emoções, construindo um imaginário social que impede

a pessoa negra de se reconhecer como digna de amar e ser amada. A lógica do afeto colonizado impõe limitações simbólicas sobre os corpos negros, gerando rupturas na constituição de uma subjetividade plena. Nesse sentido, o amor quando assumido como prática política também se transforma em forma de reexistência.

Já a discussão de Santos (2023) sobre o afroconsumo revela que a valorização da estética, da ancestralidade e da produção cultural negra também pode atuar como instrumento de enfrentamento à exclusão simbólica. O consumo de símbolos e produtos associados à negritude torna-se prática de afirmação, reconstruindo sentidos e criando alternativas identitárias que se afastam do ideal de branquitude hegemônico.

Por fim, Andrade (2023), oferece uma inflexão crítica ao propor que a negritude não pode ser tratada como uma identidade fixa, essencial ou homogênea. Em sua leitura, tornar-se negro é uma travessia subjetiva que passa pelo rompimento com os discursos identitários coloniais e com os pactos narcísicos que mantêm pessoas pardas ligadas à branquitude. Andrade (2023) propõe uma negritude múltipla, encarnada e situada, que se recusa a ser definida apenas pela opressão e abre caminho para a singularidade das narrativas negras de si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se este trabalho começou com perguntas, ele não termina com respostas fixas. Ao contrário, permanece como campo aberto, chão em movimento, caminho que se refaz na travessia. A identidade negra, como aqui se procurou mostrar, não é um ponto de chegada, mas um processo, um tornar-se que não se completa, um fio de continuidade tecido entre ausências, silêncios, memórias e (re)existências. Não há identidade sem história, sem corpo, sem dor.

Ao longo deste trabalho, a pergunta sobre como se constrói a identidade negra no Brasil desdobrou-se em múltiplas vozes. Escutá-las foi um gesto político, metodológico e afetivo. Ao reunir as contribuições de autoras e autores negros brasileiros, não se buscou uma teoria única, mas o reconhecimento da pluralidade de experiências e de saberes que falam de lugares diversos, ainda que atravessados por uma história comum de exclusão e luta.

Os pressupostos que orientaram esta pesquisa se confirmaram e se ampliaram. A identidade negra, como afirmam Hall (2015), Munanga (2020), Gomes (2003) e Souza (2021), não é uma essência imutável, mas uma construção histórica e relacional, atravessada por práticas de resistência, memória, ancestralidade e pertencimento. É uma identidade forjada na diáspora e na cidade, na dor e na festa, nos terreiros e nas escolas, nos cabelos crespos que desafiam padrões e nas vozes que se erguem contra o silenciamento. Trata-se de uma identidade que precisa constantemente negociar espaços, disputar narrativas, driblar estigmas, reconstruir-se a partir dos escombros do esquecimento.

Responder aos objetivos deste trabalho foi, portanto, reconhecer que a identidade negra no Brasil é simultaneamente singular e coletiva. Ela se manifesta na menina que, ao ser chamada de morena, responde *sou preta, sim*, e na mulher que, ao vestir sua saia rodada de baiana, se enraíza na memória de uma África reinventada em solo brasileiro. Está presente no menino que descobre, na universidade, que ser negro não é apenas cor de pele, mas lugar político; e no homem que, ao se ver como parte de um povo, compreende que sua trajetória é feita também de outras histórias, que não lhe foram ensinadas.

A análise atenta dos textos revelou que a construção da identidade negra exige o enfrentamento constante à lógica do embranquecimento simbólico, aquele que atravessa os corpos e subjetividades, moldando formas de ser, de falar, de vestir, de sonhar. Como nos alerta Neusa Santos Souza (2020), há um preço alto a pagar para quando o negro busca a assimilação ao branco, o da identidade renunciada, da perda de si em nome de um reconhecimento condicionado. Este conceito, que percorre silenciosamente muitos trechos

desta monografia, ainda exige mais fôlego, mais pesquisa, mais escuta. O que significa, afinal, renunciar à própria identidade para se adequar ao olhar do outro? Quais marcas esse gesto imprime no corpo, na alma e na memória coletiva? Essas perguntas seguem abertas, como feridas e como convites.

Ao revisitar o mito da democracia racial e a celebração ambígua da mestiçagem, este trabalho procurou deslocar o olhar para além das aparências conciliadoras. Tornou-se evidente que a mestiçagem, embora real, foi construída sob o signo da violência e do silenciamento, apagando memórias negras e impondo modelos de humanidade alheios à experiência afro-brasileira. A identidade nacional, pensada como projeto de unidade, custou caro à identidade negra, exigiu renúncias, apagamentos, folclorização (Munanga, 2020; Silva, 2007). Mas, como os autores aqui analisados demonstram, a identidade negra nunca se rendeu completamente. Ela resistiu e resiste na oralidade, na arte, na dança, na fé, no amor e na política.

Assim, talvez o que este trabalho tenha feito não seja tanto responder, mas ecoar as vozes de quem foi historicamente impedido de falar; ecoar as perguntas que ainda precisamos fazer; ecoar as identidades que se refazem no tempo, entre perdas e reencontros. Ser negro no Brasil, como se viu, é mais do que um marcador racial, é um gesto de afirmação cotidiana, uma construção íntima e coletiva que exige coragem, escuta, insubmissão e ternura.

A antropologia, com sua vocação para narrar a alteridade e a complexidade humana, ofereceu aqui uma linguagem para compor esta travessia (Laplantine, 2003). Mas foi a própria experiência negra que forneceu os sentidos mais potentes, aqueles que não cabem em teorias, mas que transbordam em memórias, em afetos e em territórios vividos.

Resta, por fim, o compromisso com a continuidade. Este trabalho não se encerra aqui. Ele aponta para outras perguntas, outros caminhos. Talvez, no entrelaçar dessas questões, encontre-se a semente de novas investigações, sempre movidas pela escuta, pela inquietação e pela vontade de (re)conhecer-se inteiro num país que tantas vezes exigiu o contrário.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Érico. **Negritude sem identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

BIGGER. Intérprete: Beyoncé. Composição de B. Knowles, D. Dixie e Raye. In: *The Lion King: The Gift*. Intérprete: Beyoncé. Estados Unidos: Parkwood Entertainment; Columbia Records, 2019. Faixa 2.

BRITO, Mayara Cristina Gomes de. **“EU NÃO SOU NEGRA, SOU MORENA, SOU MARROM”**: a construção da identidade negra das crianças e as memórias de professoras e professores sobre a infância no espaço escolar, nos anos iniciais do ensino fundamental. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima e NUNES, Isabella Rosado (Org.). **Escrivivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES, Rhuann. Identidade negra, descolonização e amor. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 51, n. 1, p. 537–580, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/68413>. Acesso em: 31 jul. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa (USP)**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 167-182, 2003

\_\_\_\_\_. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: COSTA, Joaze Bernardino et al. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 223-246.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano : ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, Joaze Bernardino et al. (Org.). **Descolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27-53.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. 5. ed. rev e atual. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

NUNES, Fernanda de Camargo. **Pardos São Negros? a identidade negra enquanto uma elaboração narrativa de si e do mundo social**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, 2025.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; 2017.

SANTOS, Wellington Oliveira dos; FILICE, Renísia Cristina Garcia. Construção de identidade negra de ingressantes pelo sistema de cotas étnico-raciais da UNB. **Revista de História da UESPI Vozes, Pretérito & Devir**, Ano IX, v. XV, n. I, p. 45–64, 2023. Disponível em: <https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/451/392>. Acesso em 31 jul. 2025.

SANTOS, Joselaine Caroline da Silva. **Afroconsumo: práticas socioculturais da negritude**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. **Arqueologia da memória: resgate da Mãe-África**. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOUZA, Izaque Pereira de. **Do movimento negro às cotas raciais na educação superior: a (re)construção da identidade negra na perspectiva educativa e inclusiva**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se Negro**. Rio de Janeiro: Editora: Zahar, 2021.